

Tudo sob medida

- 2 MAI 1986

Palavra do ministro Dilson Funaro: o governo não vai descongelar preço nem desaquecer o consumo. A explosão das compras, em abril, estava nas previsões do próprio Plano Cruzado: se o programa funcionasse e se a sociedade entendesse o que estaria se passando, o consumo de balcão assumiria o contorno de uma verdadeira celebração. A própria caderneta de poupança estocava um recurso feito ostensivamente de "privação de consumo", espécie de resseguro familiar para "o pior que está para acontecer".

Afastado o fantasma da hiperinflação, com desemprego atrelado, os brasileiros voltam às compras, na realização da chamada demanda reprimida. As pessoas jurídicas fazem a mesma coisa. Também elas estavam como capital literalmente refugiado nas casamatas da ciranda financeira com correção monetária em lei.

Quem ousaria deslocar o recurso do ativo em papel para o ativo em produto, no quadro de uma nova e ainda mais violenta recarga da estagflação tupiniquim — classe operária já brigando nas ruas pelo reajuste mensal dos salários?

Atividade de risco por natureza e necessidade, a agricultura penetra no terceiro mês do Plano Cruzado dando um verdadeiro "show" de otimismo. Os estragos da estiagem de verão na colheita que entra agora no mercado estão sendo ignorados por todos os produtores. Eles apostam no programa de estabilização e investem, desde já, na grande virada da safra futura. Nas lavouras de inverno, a área plantada do trigo já supera de 32% o espaço recorde da safra anterior. Numa primeira avaliação da "intenção de plantio", programação de rotina de suas agências de "front", o Banco do Brasil localiza uma perspectiva retumbante: a produção brasileira de grãos, de 59 milhões de toneladas no ano passado ou de 49 milhões de toneladas, este ano, pode saltar para os 75 milhões de toneladas no ano que vem.

Na primeira grande safra do Plano Cruzado, o Brasil ensaia ultrapassar, pela primeira vez, a barreira de meia tonelada de grãos por habitante. A Argentina, aqui ao lado, faz 1,3 tonelada por cabeça.

Dizem os compêndios da teoria econômica que a pessoa jurídica não investe em regime de preço congelado. Bem ao contrário, desinveste, desmobiliza. Na melhor das hipóteses, engaveta projetos, protela decisões. E aplica no "open".

No Brasil, economia heterodoxa, a primeira avaliação da "intenção de investimento" realizada pelos BNDES no

setor industrial nos dá conta de que o empresário brasileiro está voltando a operar o negócio, a apostar no futuro, a fazer posição para o Brasil 2.000. Pior que o congelamento temporário dos preços em geral era o descontrole do processo econômico nas mãos do governo e nos pés do setor privado. A insegurança da hiperinflação e a expectativa de algum choque de caráter não sabido nem imaginado — com sobras para alguma moratória interna da dívida pública e para alguma moratória unilateral da dívida externa — eram os verdadeiros inimigos do investimento empresarial até 29 de fevereiro.

O próprio congelamento dos preços, violência contra o mercado, é moeda de duas faces: também os fornecedores estão com os preços congelados — o que não acontecia antes, na faixa dos negócios "cipados". A agricultura que o diga. Ela sempre perdeu nos chamados "termos de troca" com a indústria. Agora, com máquinas e insumos congelados, ela já está comprando, hoje, o trator que só vai ser fabricado em outubro.

O congelamento geral é o "mal necessário" do Programa de Estabilização da Economia. Ele cumpre um papel decisivo: o que apagar a memória da cultura inflacionista, ao tempo em que exerce o efeito pedagógico, tipo vara de marmelo, sobre a contabilidade de custos da economia até então anistiada pela remoção dos preços. Violência contra as "leis naturais" do mercado, segundo o ministro Dilson Funaro, era o chamado "preço financeiro" (que não se perca pelo rótulo). O funcionamento de todos os mercados de bens e serviços, até fevereiro, estava baseado nas defasagens da indexação geral. Do que resultava a violência maior: as mercadorias abundantes subiam de preço na mesma marcha batida das mercadorias escassas. Estas, pelas forças do mercado. Aquelas, pelo "guincho" da correção.

O congelamento do preço patrocina o aquecimento do consumo. E o aquecimento do consumo sinaliza o investimento em produção, bancado pelas reservas da especulação financeira e do "caixa dois" fiscal e cambial. "Está tudo nos conformes", diz o ministro Dilson Funaro.

A inflação zero de março e abril salvou a massa do salário de uma perda real de um terço, em apenas dois meses. A explosão do consumo também vive disso e não apenas do congelamento dos preços. Pela primeira vez em dez anos, o consumo de carne por habitante voltou a crescer. E cresceu de 30% para agora em abril.